



## 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Movimento Social e Serviço Social

### ESTRATÉGIAS DE LUTA EM POLÍTICAS URBANAS: PARTICIPAÇÃO POPULAR E ASSESSORIA NO PROGRAMA DE APOIO À REFORMA URBANA (PARU) EM BELÉM DO PARÁ

Alyne Lima da Silva<sup>1</sup>  
André Luiz Santos Alves<sup>2</sup>  
Antônio José Noronha Correia<sup>3</sup>  
Elizângela Suely Bastos Cearense<sup>4</sup>  
Katherine Reis Duarte<sup>5</sup>  
Natália Aguiar de Barros<sup>6</sup>  
Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares<sup>7</sup>  
Raíssa Fernanda Souza Palheta<sup>8</sup>  
Sandra Helena Ribeiro Cruz<sup>9</sup>  
Welson Sousa Cardoso<sup>10</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta discussão sobre a assessoria do Programa de Apoio à Reforma Urbana, em 2018 e 2019, aos movimentos sociais urbanos em Belém. O trabalho destaca que a articulação e organização da população são fundamentais para promover pautas de reivindicações nos espaços de participação estimulando as entidades comunitárias, objetivando o fortalecimento da cidadania e garantia de direitos.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas, Movimentos Sociais, Participação Popular.

**Abstract:** This article presents a discussion on the advisory services of the Urban Reform Support Program for urban social movements in Belém in 2018 and 2019. The work emphasizes that the articulation and organization of the population are fundamental to promote demands in the spaces of participation, stimulating the entities, aiming at strengthening citizenship and guaranteeing rights.

**Key words:** Public Policies, Social Movements, Popular Participation

## INTRODUÇÃO

Os constantes ataques a educação, atingem diretamente a organização popular, enfraquecendo sua mobilização. Portanto, dar visibilidade às ações das Universidades

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Pará, E-mail: alyneufpa@gmail.com.

<sup>2</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Pará, E-mail: alyneufpa@gmail.com.

<sup>3</sup> Estudante de Graduação, Universidade Federal do Pará, E-mail: alyneufpa@gmail.com.

<sup>4</sup> Estudante de Graduação, Universidade Federal do Pará, E-mail: alyneufpa@gmail.com.

<sup>5</sup> Estudante de Graduação, Universidade Federal do Pará, E-mail: alyneufpa@gmail.com.

<sup>6</sup> Estudante de Graduação, Universidade Federal do Pará, E-mail: alyneufpa@gmail.com.

<sup>7</sup> Professor com formação outra áreas, Universidade Federal do Pará, E-mail: alyneufpa@gmail.com.

<sup>8</sup> Estudante de Graduação, Universidade Federal do Pará, E-mail: alyneufpa@gmail.com.

<sup>9</sup> Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, E-mail: alyneufpa@gmail.com.

<sup>10</sup> Professor com formação outra áreas, Universidade Federal do Pará, E-mail: alyneufpa@gmail.com.

Públicas com projetos que contribuem para essa parcela da população é um ato de resistência e de militância, pois contribui por desvelar quão grave e profundos são esses ataques e tem rebatimentos diretos na mobilização e organização política da classe trabalhadora, que, historicamente, tem tido seus direitos violados, e, sem uma ação condescendente do Estado, veem na organização popular a única estratégia possível para que suas reivindicações sejam ouvidas e concretizadas.

Nota-se que o processo de desenvolvimento e planejamento urbano não compreende as particularidades da região amazônica, onde se localiza a cidade de Belém do Pará. Portanto, abre um leque de questionamentos acerca da inserção dessa região na agenda de planejamento nacional urbano ou de que maneira e até que ponto esse planejamento contempla a inclusão da participação popular. Pois, mesmo com o processo de luta histórica que possibilitou que os movimentos populares conseguissem mais espaço no processo de planejamento das políticas públicas, o resultado ainda se mostra pouco expressivo na atualidade – diante de várias expressões da questão social, em nível nacional e local – quando se fala de Amazônia e na cidade de Belém, onde se tem graves deficiências de políticas públicas relacionadas ao saneamento, a violência urbana, exclusão social, condições precárias de moradia, dentre outros.

Neste contexto, o presente artigo tem por objetivo apresentar as atividades realizadas no que tange a participação popular e assessoria nos anos de 2018 e 2019 até o presente momento, a partir de relato de experiência vivenciado na Universidade Federal do Pará, por meio do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU) Programa de Extensão vinculado à Faculdade de Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará (UFPA), que há mais de trinta anos, vem atuando com ações de assessoria e capacitação dos movimentos sociais urbanos que visam o direito à cidade em Belém do Pará.

## **1 POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS EM BELÉM: ENTRE O PLANEJAMENTO URBANO E A PARTICIPAÇÃO POPULAR**

### **1.1 Planejamento Urbano e Políticas Públicas em Belém do Pará**

O planejamento urbano é pensado a partir do Plano Diretor Urbano (PDU), documento que tem como finalidade, reger as principais ações que serão efetivadas no município com a intenção de trazer melhoria à população, além de procurar diminuir a

desigualdade social e demais aspectos que afligem a sociedade de maneira geral e que necessitam de extrema atenção. De acordo com a Lei nº 8.655/2008, em seu Art. 2º “O plano diretor, que abrange a totalidade do território, é o instrumento básico da política urbana do Município e integra o sistema de planejamento municipal” (BELÉM, 2008).

Assim, cabe compreender que esse plano, rege a política urbana para beneficiamento dos munícipes e, por isso, deve levar em consideração as demais Leis que fazem parte do planejamento, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e Plano Plurianual (PPA), que são leis que regem os orçamentos de que todas as cidades necessitam. Tal como versa o parágrafo único do referido art. “A elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei do orçamento municipal deve orientar-se pelas diretrizes e prioridades contidas neste Plano” (BELÉM, 2008, p. 1).

O PDU é um instrumento que consta os conteúdos relacionados aos projetos que serão postos em prática para melhoria da cidade e de seus moradores. Os setores populares e demais representações, podem ter acesso a esse documento e realizar uma análise global de seus pontos, bem como, sugerir novas políticas que beneficiem a população. Pode-se compreender que, este plano poderá ter participação dos representantes sociais e com isso, melhorar o que, porventura, não foi bem abordado no plano.

## **1.2 A participação popular na cidade de Belém**

A cidade de Belém, capital do Estado do Pará, apresenta um contingente populacional de 1.393.399 habitantes distribuídos em uma área territorial de 1.059 km<sup>2</sup>, o que gera densidade demográfica em torno de 1.314,48 hab/km<sup>2</sup>, conforme dados do IBGE (2010). Embora seja o principal aglomerado urbano de sua região metropolitana e, desempenhando importante papel nesse contexto, essa cidade apresenta insuficiência de sua rede de serviços urbanos, gerando processos de intensa espoliação urbana, exemplificados nos conflitos por acesso à terra urbana e a rede de serviços públicos, como o saneamento, a moradia e a regularização fundiária. A demografia citadina de Belém conheceu expressivo crescimento no século XX por meio de processos socioeconômicos como a Batalha da Borracha<sup>11</sup> que deslocou milhares de nordestinos na condição de mão de

---

<sup>11</sup> Denominação adotada por estudiosos para definir a produção gomífera que caracterizou a participação da região amazônica no esforço de guerra junto aos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial, selada com a assinatura dos Acordos de Washington entre os governos brasileiro e estadunidense em 1942.

obra, a abertura da estrada Belém-Brasília no ano de 1960 possibilitou o acesso terrestre de pessoas e cargas e, sobretudo, a implantação dos chamados Grandes Projetos na década de 1970. A somatória desses processos pressionou o déficit de moradia popular. Em resposta, a ditadura cívico-militar elaborou projetos tecnocráticos a partir da segunda metade da década de 1960 até a primeira metade da década de 1980 como o Programa de Recuperação das Baixadas e o projeto CURA que promoveriam a “resolução da questão dos alagamentos” (ALVES, 2017).

Pensando nas diversas transformações sócio-políticas que aconteceram ao longo da ditadura militar no Brasil e após esse período, segundo Gohn (2003 *apud* Cruz e Santos, 2017) se estenderam até a década de 1990 e fez com que a sociedade se mobilizasse mais, dando visibilidade aos movimentos sociais populares nas cidades e influenciando outras formas de organizações populares mais institucionalizadas, como fóruns e conselhos, possibilitando encontros nacionais, diagnósticos e planos de políticas públicas. Além do que, o novo formato de relação que se modela entre Estado e Movimentos Sociais Urbanos no Brasil desde o pós-1964, ergue um debate acerca das formas de planejamento de políticas públicas urbanas, da inserção da população nos espaços de tomada de decisão, bem como seu papel na transformação da sociedade.

Com a intensificação da questão urbana a partir da segregação socioespacial, econômica e cultural, vários movimentos sociais surgem reivindicando o Direito à Cidade e a Reforma Urbana. Com isso, as diversas formas de mobilização social e movimentos que foram se criando ao longo dos anos são resultado de um processo de organização social pautado em contradições pela divisão desigual de bens e território, característicos da sociedade capitalista. Diante disso, observa-se uma mudança na estrutura dos movimentos sociais em decorrência da mudança política ao longo dos anos.

O autor Castells (1983) situa a emergência dos Movimentos Sociais Urbanos (MSU's) a partir das chamadas “contradições urbanas”, geradas pelo desenvolvimento do capitalismo frente às novas e crescentes necessidades postas à reprodução da força de trabalho. Estes movimentos são compreendidos como um sistema de práticas sociais contraditórias que colocam em questão a ordem estabelecida, a partir de contradições específicas da problemática urbana. Esta problemática urbana concorre para a criação de um processo de politização do cotidiano, tendo em vista a ação contraditória do Estado.

Nesse sentido, os movimentos sociais vêm lutando pela garantia de direitos da sociedade ao longo dos anos, apesar das diversas formas de repressão colocadas pelo Estado, com relação a reivindicação do direito à cidade, como direito humano, em seus diversos aspectos enquadrados nas políticas urbanas do extinto Ministério das Cidades, como a habitação, acessibilidade e mobilidade, regularização fundiária, saneamento e transporte e, para tanto, a participação se faz essencial para esse processo.

A participação é uma necessidade humana e, por conseguinte, constitui um direito das pessoas [...] justifica-se por si mesma, não por seus resultados [...] é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder [...] leva à apropriação do desenvolvimento pelo povo [...] é algo que se aprende e aperfeiçoa [...] pode ser provocada e organizada, sem que isto signifique necessariamente manipulação [...] é facilitada com a organização, e a criação de fluxos de comunicação [...]. Devem ser respeitadas as diferenças individuais na forma de participar [...] pode resolver conflitos, mas também pode gerá-los [...]. Não se deve socializar a participação: ela é panaceia nem é indispensável em todas as ocasiões [...] (BORDENAVE, 1994 *apud* MARINHO; SILVA; PORTELA, 2015, p. 1000).

Como delinea Bordenave (1994), a participação é uma arma poderosa, pois além de possibilitar galgar direitos a partir das reivindicações, está inserida no processo de consciência crítica, se mostrando como urgente no campo de disputa que é a cidade capitalista. Como qualquer cidade capitalista, o espaço urbano de Belém é constituído por contradições e a ocupação desordenada e obras de saneamento em desarmonia com a natureza dos rios resultaram na canalização e degradação dos rios urbanos, sendo a cidade constituída, ao todo, por treze (13) Bacias Hidrográficas e apenas 10% da população possui esgoto tratado, segundo a ONG Ame o Tucunduba (2018).

Diante desse contexto, o que marca os territórios dessa cidade é a presença de diversos espaços ocupados irregularmente por pessoas de baixo e/ou nenhum poder aquisitivo que, devido sua situação financeira, são obrigadas a ocupar espaços de maneira urgente, sem planejamento: sem saneamento básico ou tratamento de água adequado, implicando em diversas situações e complicações para a população, que incluem riscos à saúde em decorrência de alagamentos que acabam trazendo para a cidade rejeitos de esgoto que acarretam em doenças como leptospirose, hepatite, tétano, micoses, dengue, dentre outras, além das perdas materiais e pessoais dos moradores.

Em Belém, os conflitos com o Estado para a reforma urbana se deram a partir da década de 1970 e 1980, principalmente da ausência de urbanização nas áreas de baixadas da cidade, criam um cenário propício para se reivindicar melhores condições de vida e moradia. Levando-se em conta que essas áreas se localizam abaixo do nível da maré e apresentam condições inadequadas para habitação, principalmente por serem áreas que sofrem constantes alagamentos e pela ausência de equipamentos urbanísticos, o que alimenta o acirramento da luta de classes entre a luta de direitos por moradia digna pelos moradores e interesse de mercado nessas áreas, cujo valor do território cresce constantemente.

Nesse cenário, a atuação do Estado surge com propostas de grandes projetos urbanos que vêm sendo implementados e realizados nas Bacias Hidrográficas da cidade, destacando a Bacia do Una, Tucunduba e Estrada Nova, que acabam interferindo na estrutura física do território, gerando posteriormente, diversas consequências – mais

negativas do que positivas – para a população. Projetos esses, que são financiados geralmente com verba internacional, a exemplo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), como é o caso da obra de Macrodrenagem da Bacia do Una, que abrange 20 bairros da cidade de Belém e que, entre os anos de 1993 e 2004, mudou a configuração geográfica da Bacia, causando diversos remanejamentos de moradores para áreas mais afastadas e, deixou problemas de alagamentos que se intensificam com as chuvas do inverno amazônico e o assoreamento<sup>12</sup> dos canais, provocando o transbordamento deles e trazendo resíduos de esgoto para as ruas.

Diante disso, a população também vem se mobilizando para denunciar as condições da falta de qualidade de vida que enfrentam. A partir da Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una (FMPBU), tem-se feito denúncias no Ministério Público Estadual sobre as perdas materiais, e eletrodomésticos de moradores provocadas pelas enchentes. E também tem em aberto uma ação civil pública ambiental, expondo a condição da poluição e assoreamento dos canais além dos danos à saúde para a população, que pioraram em diversas áreas da bacia após a conclusão da obra de macrodrenagem da bacia do Una.

O mesmo problema de alagamento e saneamento se repete na Bacia do Tucunduba, em que ainda está em andamento as obras do Projeto Saneamento Integrado da Bacia do Tucunduba, a qual constitui a segunda maior Bacia, após a Bacia do Una. O Projeto na bacia do Tucunduba está ocorrendo há mais de 20 anos e ainda não foi concluído, em decorrência de várias mudanças de gestão governamental e problemas de orçamento para a obra. Seu processo iniciou em 1999, pela Prefeitura de Belém sob a administração de Edmilson Rodrigues e em 2008, passou para a responsabilidade do Governo do Estado.

Além disso, segundo a ONG Ame o Tucunduba, o rio Tucunduba tem como principal função receber a drenagem de esgoto, o que afeta 250 mil habitantes que residem nos bairros periféricos que compõem essa Bacia. Há moradores que reclamam de perdas pessoais e materiais em decorrência de alagamentos e transbordamento de canais. Em audiência pública realizada na Câmara Municipal de Belém, no dia 16 de junho de 2018, um dos presidentes do Centro Comunitário Dr. Cipriano Santos e moradores na avenida Cipriano Santos, Ronaldo Brito, expôs a situação precária que os moradores são obrigados a conviver diariamente.

---

<sup>12</sup> Assoreamento: provocado pelo acúmulo de terra nos canais em decorrência de falta de manutenção da Prefeitura, onde a terra da beira sede e começa a se acumular dentro dos canais, provocando o aterramento e com as chuvas intensas do inverno amazônico, esse problema se agrava como consequência das enchentes pluviais e da degradação da bacia hidrográfica por obras em desarmonia com a sua natureza.

“Há quatro anos tivemos a perda de uma criança de 2 anos de idade que morreu afogada no Canal da avenida Cipriano Santos e há 15 dias um primo meu de segundo grau morreu de leptospirose”, exemplificou. “Isso é tudo consequência de um projeto que só sai em época de eleição” (PORTAL DIÁRIO ONLINE, 2018).

Para a efetivação na resolução desses e outros problemas, a participação é um elemento estratégico na luta pela moradia e na intervenção crítica e consciente da sociedade. Para Portela (2005, p. 52-53), a participação é apreendida como:

A capacidade de apropriação pelos cidadãos do direito de construção democrática, possibilitando desde a abertura dos espaços de discussão dentro e fora dos limites da comunidade até a definição de prioridades, elaboração de estratégias de ação e estabelecimento de canais de diálogo com o poder público, no intuito de garantir a participação efetiva da sociedade civil na gestão democrática da cidade.

Pode-se perceber essa forma de apropriação de construção democrática a partir da ação de alguns moradores que vem se mobilizando ao longo dos anos e constituíram o Movimento Prejudicados do Tucunduba, que engloba quatro bairros da bacia que são Terra Firme, Canudos, Marco e Guamá. Os moradores vêm reivindicando pela falta de conclusão da obra e os diversos problemas da ausência de saneamento, coleta de lixo e contaminação por doenças como leptospirose, dengue, dentre outras, que os moradores desses bairros sofrem constantemente. Além disso, o Movimento contribui para denúncias junto a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Pará e no Ministério público do Estado e Federal.

O que se percebe é a ausência de medidas para a resolução desses problemas e a falta de respeito aos direitos humanos da população da cidade. Além disso, são projetos que provocam o remanejamento e reassentamento de famílias, provocando a ruptura de identidade dessas pessoas com o território e com a relação que tinham com a vizinhança, pois as famílias nem sempre voltam para o mesmo lugar do qual saíram e esse processo só se dá em decorrência da implementação desses projetos urbanísticos, com isso gera-se impactos econômicos, sociais e ambientais em diversas localidades.

Além dessas representações sociais, também existe a ONG Ame o Tucunduba, que vem realizando atividades junto à população, como forma de promover a inclusão social e conscientização ambiental para se construir uma relação da população com os rios urbanos, perdida com o processo de urbanização que acaba canalizando os braços de rios que fazem parte da paisagem urbana da cidade de Belém e se transformam em receptores de rejeitos de esgoto da cidade, fazendo com que a população não crie a consciência e não vejam os rios em sua essência. A partir disso, a ONG também visa torná-los protagonistas da transformação social e de conscientizá-los sobre o papel e importância que os rios urbanos têm no seu cotidiano.

Diante do protagonismo dessas e diversas outras organizações de movimentos sociais urbanos em Belém, faz-se urgente e necessário, especialmente na atual conjuntura

de desmontes diversos; como congelamento de verbas para a educação; tentativa de desmoralização e desvalorização do ensino público – especialmente em nível superior; intensificação da criminalização dos movimentos sociais diversos e etc., colocar em evidência é importante e imprescindível as ações da Universidade Pública e visibilidade dessas, com seu dever moral em prestar serviços à população, especialmente as que reivindicam seus direitos historicamente violados, seja em forma de assessoria, seja capacitação para a sociedade organizada e movimentos sociais, ou seja apoio técnico.

Por isso, o tópico a seguir exporá algumas ações realizadas acerca da assessoria do PARU, capacitação no programa de extensão, da UFPA, que reafirma o papel da Universidade Pública e o Programas de Extensão.

## **2 EXTENSÃO E PESQUISA NO PROGRAMA DE APOIO A REFORMA URBANA EM BELÉM**

De acordo com a definição da Forproex sobre a extensão universitária:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (BRASIL, 2012, p. 28).

Diante dessa afirmação o Programa de apoio à reforma urbana, o PARU, vinculado à Faculdade de Serviço Social situado na Universidade Federal do Pará, atua desde 1981, sendo institucionalizado em 1992, diretamente nas problemáticas das questões urbanas em Belém, através dos agentes públicos, lideranças de movimentos sociais, de organizações não governamentais, conselhos gestores, supervisores institucionais, discentes e docentes.

Ao longo dos anos o PARU vem reafirmando o compromisso da universidade com a comunidade por meio da extensão, mas vinculado também ao campo do ensino e pesquisa. Além disso, o PARU vem desenvolvendo diversas atividades de assessoria junto aos movimentos populares urbanos, visando o exercício da cidadania, por meio da contribuição na efetivação de direitos humanos da capacitação de lideranças de movimentos sociais, objetivando capacitá-los para um pensamento crítico da realidade visando provocar a transformação social.

Dessa forma, desenvolve cursos, oficinas, seminários, assessoria junto aos movimentos e articulando ações de intervenção social ao direito à cidade, além desse processo contribuir no ganho de informações e dados para pesquisas, como exposto na Tabela 1 e quadro 1 a seguir.



**Tabela 1:** Atividades desenvolvidas no Programa de Apoio à Reforma Urbana 2018 e 1º semestre de 2019

| <i>Categorias</i>   | <i>Quantidade</i> | <i>Total de pessoas beneficiadas</i> |
|---|-------------------|--------------------------------------|
| Cursos  | 5                 | 85                                   |
| Eventos (Seminários, visitas orientadas, fóruns, palestras, jornadas, exposições)   | 11                | 466                                  |
| Prestação de serviços aos movimentos sociais (acompanhamento de reuniões com entidades, audiências públicas, seminários...) | 16                | 268                                  |
| <b>TOTAL</b>  | <b>32</b>         | <b>819</b>                           |

**Fonte:** Relatório Final Pibex 2018- Projeto: Serviço Social e a Prática da Assessoria aos Movimentos Sociais Urbanos em Belém: As Frentes dos Prejudicados do Una e Tucunduba, a Associação de Moradores da Orla da Estrada Nova, a Frente de Defesa das Bacias de Belém e o Comitê Popular Urbano.

Ressalta-se que essas atividades constantes na tabela 1 se referem às atividades de extensão no contexto do conteúdo prático-pedagógico: Serviço Social e a Prática da Assessoria aos Movimentos Sociais Urbanos em Belém, que foram direcionados aos seguintes movimentos sociais de Belém: As Frentes dos Prejudicados do Una e Tucunduba, a Associação de Moradores da Orla da Estrada Nova, a Frente de Defesa das Bacias de Belém e o Comitê Popular Urbano.

O Quadro 1 apresenta o detalhamento das atividades desenvolvidas no período em epígrafe, onde evidencia-se a importante e necessária articulação institucional entre o PARU/FASS/UFPA e os órgãos governamentais do executivo estadual quanto do Ministério Público para execução das atividades de assessoria aos movimentos sociais e comunidades.

**Quadro 1:** Atividades de assessoria e acompanhamento aos movimentos sociais realizados pelo Programa de Apoio à Reforma Urbana 2018 – 1º semestre de 2019

| <b>Atividades desenvolvidas de prestação de serviços no Projeto de pesquisa: Planejamento Urbano e os limites da participação popular à luz do Projeto de Saneamento integrado da Bacia do Tucunduba, em Belém- Pa (2018- 1º semestre 2019)</b> |  |
|---|--|
| <b>Data</b>   | <b>Descrição das atividades</b>  |
| 23/08/2018  | Reunião de articulação de estratégias para exigir do poder público respostas ao ofício entregue à SEDOP, cujo encaminhamento foi uma manifestação em frente a referida secretaria, no Centro Comunitário Dr. Cipriano Santos (CCCS);   |
| 30/08/2018  | Acompanhamento da manifestação em frente à Secretaria de Desenvolvimento de Obras do Pará- SEDOP, seu objetivo era cobrar transparência e agilidade nas obras do Tucunduba e suscitar o debate sobre os alagamentos, as obras de conclusão da bacia do Tucunduba, o remanejamento das famílias atingidas pelo projeto, os conjuntos habitacionais Liberdade I e Liberdade II e o projeto do Curtume. Além disso, uma das exigências da organização era que a reunião fosse feita diretamente com o secretário Pedro Abílio-visto que outras reuniões ocorreram com outros membros da SEDOP-, e como resultado, saíram de lá com a reunião marcada; |
| 01/09/2018  | Participação na reunião da Frente dos prejudicados do Tucunduba e membros do CCCS para analisar os resultados da manifestação e pontuar seus pontos negativos e positivos e organizar a pauta para a reunião com o secretário, no dia 14/09/2018, realizada no Centro Comunitário Dr. Cipriano Santos;   |

|            |   |
|------------|---|
| 04/09/2018 | Participação na reunião da Frente dos Prejudicados do Tucunduba e membros do CCSS para revisar o documento protocolado na SEDOP e dividir os pontos que cada um iria falar, realizada no Centro Comunitário Cipriano Santos;  |
| 05/09/2018 | Participação na reunião com o Secretário, onde estavam presentes engenheiros, assistente social, advogada entre outros, com intuito de responder as perguntas protocoladas na SEDOP. Na reunião foram obtidas algumas respostas, mas os participantes do movimento não saíram satisfeitos visto que nada foi resolvido, realizada na SEDOP;   |
| 14/09/2018 | Acompanhamento da audiência pública no Ministério Público para realizar uma avaliação e para que os integrantes da Frente dos Prejudicados do Tucunduba, CCCS, Comissão de Acompanhamento da Obra- CAO e quem mais participasse levasse questões. Foi uma reunião de organização para que o promotor explicasse algumas medidas a serem tomadas. De encaminhamento se tirou que cada um iria procurar possíveis parcerias com instituições que trabalhassem direito à cidade, meio ambiente e essas questões a que se tem no Projeto de macrodrenagem do Tucunduba. As reuniões foram adiadas para o final das eleições, realizada no Ministério Público, anexo I e II; |
| 19/09/2018 | Realização de visita às obras do Tucunduba, percorrendo o segundo trecho, onde estão as obras, acompanhada por integrantes da CAO, inclusive o presidente da mesma, Silvio, o qual durante todo o percurso mostrou uma preocupante postura positiva, onde o qual estava agradecido pelas benfeitorias que estavam sendo feitas;   |
| 19/12/2018 | Realização de visita à região do Lago Verde a fim de registrar o estado deplorável e desumano e o abandono em que se encontra essa população e já articular com a população possíveis reuniões para discutir a inclusão do Lago Verde no projeto;   |
| 18/01/2019 | Participação na reunião que objetivou começar uma articulação de estratégia e luta para a inclusão do Lago Verde no projeto, onde não houve um quantitativo da população agradável, o que fez com que as futuras reuniões fossem realizadas na Associação Gabriel Pimenta, localizada no centro do Lago Verde, realizada na UIPP da Celso Malcher;  |
| 30/01/2019 | Participação na reunião onde foi elucidado as proposições que queriam realizar, tendo como cerne a inclusão do Lago Verde no projeto, mas já elaborando estratégias para o êxito dos objetivos pretendidos. Foi tirada uma comissão que ficaria responsável pela documentação, principalmente dos documentos necessários, realizada na Associação Gabriel Pimenta;  |
| 07/02/2019 | Participação na reunião que objetivava fazer um plano de trabalho da comissão tirada na reunião do dia 30/01, porém a Frente dos Prejudicados do Tucunduba e o Programa de Apoio à Reforma Urbana, por escolha da maioria, foram retirados da comissão visto que os mesmos gostariam que ela fosse composta exclusivamente por moradores da região do Lago Verde.   |
| 12/04/2019 | Reunião SEDOP nova gestão   |
| 29/04/2019 | Acompanhamento na Ouvidoria   |
| 07/05/2019 | Reunião com o Movimento   |
| 13/05/2019 | Reunião dos Urbanitários (nivelamento das informações)  |
| 13/05/2019 | Reunião para tratar do Seminário em defesa da Terra Firme   |

**Fonte:** Relatório Parcial Pibic- 2018- Projeto: Planejamento Urbano e os limites da participação popular à luz do Projeto de Saneamento integrado da Bacia do Tucunduba, em Belém- Pa

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de ocupação desordenada da cidade de Belém é um dos fatores que influenciam na condição de exclusão social e precariedade da infraestrutura urbana como resultado de deficiências nas políticas públicas, o planejamento urbano acaba não atendendo as demandas e necessidades da população. Diante disso, a organização popular se faz necessária, como um processo histórico e instrumento da população que se articula para garantir seus direitos básicos que envolvem a saúde, habitação, educação, infraestrutura.

A forma como são implementadas as políticas públicas atingem de maneira negativa a população, além de não corresponderem à realidade da cidade de Belém, situada em um contexto amazônico, as intervenções urbanísticas não respeitam questões referentes ao meio ambiente, provocando inúmeros problemas sociais e ambientais, portanto, entende-se que a gestão democrática é primordial para que as demandas populacionais sejam atendidas.

Diante disso, a autora Portela (2011, p. 292) afirma que a gestão urbana deve ser eficaz, eficiente e com efetividade, para tanto, é importante e necessário que se amplie o processo de mobilização e conscientização popular, criando “mecanismos que assegurem legitimidade às decisões públicas; articulação entre as ações governamentais; ampla política de redistribuição de trabalho e renda; e assegurar a permanência dos moradores atingidos pelos programas/projetos habitacionais”, assegurando-lhes seus direitos já garantidos por lei. Nesse processo, atividades de extensão universitária tem se mostrado bastante produtiva, a partir de ações de assessoria aos movimentos sociais urbanos.

Nota-se que a criação de espaços que possibilitam a participação política e que renovam a promessa de democratização da sociedade tem se apresentado como um importante mecanismo para a configuração de um novo desenho de gestão pública, visto que trazem na forma da lei a ideia de transparência, descentralização, controle democrático e participação popular. No entanto, pela forma como ocorreu o desenvolvimento urbano implementado a partir as políticas públicas urbanas em Belém e a constante insatisfação da população, pode-se afirmar que os modelos selecionados não contemplam as reais necessidades da população, impulsionando a organização popular.

Diante do exposto, entende-se como necessário e importante o papel das ações de extensão da Universidade Federal do Pará, que consolidou uma trajetória de contribuição notável e densa para os movimentos sociais urbanos da região, com diversas atividades, citadas anteriormente, onde destaca-se a articulação PARU/FASS/UFPA, por meio de atividades de assessoria e extensão como elemento-chave para que os movimentos sociais urbanos construam estratégias de luta nas questões sobre a política urbana. Conclui-se então, que é necessária uma constante formação política dos movimentos populares aqui citados junto ao restante da população e o PARU, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, vem contribuindo nesse processo de fortalecimento das lideranças de movimentos sociais locais e formando sujeitos críticos para reivindicar pelos seus direitos e contribuindo também na formação acadêmica de discentes para estarem comprometidos com a defesa e garantia de direitos sociais e humanos. A partir disso, a universidade exerce o seu papel social, por meio de programas de pesquisa e extensão, retribuindo a sociedade o que ela lhe investe.

## REFERÊNCIAS

BELÉM, PREFEITURA MUNICIPAL DE. **LEI Nº 8.655**, DE 30 DE JULHO DE 2008. Artigo 2. Disponível em:

[http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/Plano\\_diretor\\_atual/Lei\\_N8655-08\\_plano\\_diretor.pdf](http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/Plano_diretor_atual/Lei_N8655-08_plano_diretor.pdf). Acesso em: 03 de Maio de 2019.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos)

BRASIL, FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: 2012. Disponível em:

<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 03 de Maio de 2019.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro; SANTOS, Gizele Cristina Carvalho dos. **Lutas Sociais e Grandes Projetos Urbanos em Belém**: as “Frentes dos Prejudicados”. *In*: Seminário Internacional América Latina: Políticas e Conflitos Contemporâneos. Centro de Eventos Benedito Nunes. GT-03: Colonialidade e Grandes Obras de Infraestrutura: hidrelétricas, portos, hidrovias, rodovias e ferrovias. Anais do Seminário Internacional América Latina. Belém- Pa: NAEA/ UFPA, 2017.

MARINHO, Taynáh N. A.; SILVA, M. Milcilene; PORTELA, Roselene de S. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas**: perspectivas e desafios do Programa de Apoio à Reforma Urbana. *In*: Seminário Internacional América Latina: políticas e conflitos contemporâneos-SIALAT. Centro de Eventos Benedito Nunes. GT-06: Cidades e a transformação na vida urbana na Pan-Amazônia e na América Latina. Anais do Seminário Internacional América Latina. Belém- Pa: NAEA/ UFPA, 2015. v. 01 (996-1011p.)

PORTAL DIÁRIO ONLINE. Moradores questionam demora em obra de macrodrenagem. Belém, 2018. Disponível em:

<https://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-516367-.html>. Acesso em: 18 de abr. 2019

PORTELA, Roselene de Souza. **Planejamento, participação popular e gestão de políticas urbanas: a experiência do projeto de macrodrenagem da bacia do una (Belém-Pa)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento, Belém, 2005.

PORTELA, Roselene de Souza. **Políticas Habitacionais em Cidades Amazônicas**: Belém e São Luís na perspectiva comparativa. Tese (Doutorado) - Universidade

Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2011.

Relatório Final PIBEX. **Projeto Serviço Social e a Prática da Assessoria aos Movimentos Sociais Urbanos em Belém:** As Frentes dos Prejudicados do Una e Tucunduba, a Associação de Moradores da Orla da Estrada Nova, a Frente de Defesa das Bacias de Belém e o Comitê Popular Urbano. Pró- Reitoria de Extensão, Universidade Federal do Pará, 2018.